

Cláudia Regina LAHNI; Juciano de Sousa LACERDA. Comunicação para a cidadania: objetos, conceitos e perspectivas. São Paulo: Editora Intercom, 2013

## Comunicação para a cidadania: reflexões a partir do GP da Intercom

**Fernanda Coelho da Silva Castro**

Graduada e Mestre em Comunicação Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Sua área de interesse concentra-se no eixo comunicação - cidadania – educomunicação  
Email: fernandahauck@yahoo.com.br

O livro Comunicação e cidadania: objetos, conceitos e perspectivas, organizado por Cláudia Regina Lahni e Juciano de Sousa Lacerda, foi publicado pela Editora Intercom e é fruto de pesquisa coletiva de participantes do Grupo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania da Intercom.

Os textos do livro têm em comum a reflexão sobre os conceitos de cidadania em trabalhos apresentados no GP, em Congressos Nacionais da Intercom, no período de 2001 (quando o Comunicação para a Cidadania teve seu início) até 2011, primeiro ano da coordenação do GP de Cláudia Regina Lahni e Juciano de Sousa Lacerda, respectivamente, coordenadora e vice em 2011-2012.

A obra é de grande relevância não apenas para os participantes do grupo, como também para qualquer pesquisador que se interesse pela temática da Comunicação para a Cidadania. Pois, além de refletir sobre os conceitos de cidadania, a obra traz os principais referenciais teóricos, com pesquisa da bibliografia utilizada nos trabalhos do grupo e os temas que mais aparecem no percurso do Grupo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania

O primeiro texto, de Círcia M. Krohling Peruzzo e Maria Alice Campagnoli Otre, analisa os artigos apresentados no ano de 2001 e constata uma certa fragilidade do conceito de cidadania, que, segundo as autoras, está mais nítido nas práticas analisadas. A questão metodológica é apresentada como um possível desafio para os anos seguintes.

A análise dos trabalhos de 2002 coube a Juciano de Sousa Lacerda, Juliana Bulhões A. Dantas e Iano Flávio de Souza Maia. Os autores trabalharam em dois eixos: analisar os enfoques sobre cidadania em objetos e objetivos e identificar os principais autores utilizados. A conclusão é de que houve riqueza e diversidade de objetos e temas como também de abordagens teóricas. Conforme os autores, não há número significativo de artigos sobre o conceito de cidadania, porém, esta se apresenta como problemática para discutir temas como direitos, questões de gêneros, entre outros. Quanto ao aspecto teórico, observou-se uma hegemonia do pensamento latino-americano, com autores como García Canclini, Martín-Barbero e Círcia Peruzzo.

No texto seguinte, Denise Cogo e Daniel Barsi Lopes não apontam grandes mudanças nos textos apresentados em 2003 em relação aos anos anteriores. "Cidadania" continua sendo um tema que permeia os artigos e não discutida enquanto conceito. Para Cogo e Lopes, a cidadania é menos uma dimensão conceitual e mais uma dinâmica em movimento. Os autores afirmam que, nessa perspectiva de uma cidadania em movimento, é possível perceber que o espaço do NP se abre para a emergência de dois outros modos de vivência da cidadania: a cidadania cultural, relacionada às demandas por identidade e por reconhecimento no contexto dos chamados novos movimentos sociais, e a cidadania global.

Em 2004 é possível perceber algumas mudanças. Rozinaldo Antonio Miani avalia que certos trabalhos apresentados nesse ano foram importantes para consolidar alguns daqueles que viriam a ser eixos principais do GP, como "movimentos sociais", "identidades culturais" e "redes sociotécnicas". O autor aponta ainda para o surgimento de novos temas e de novos objetos, o que amplia os marcos constitutivos do que se poderia caracterizar como campo específico da Comunicação e Cidadania. A pluralidade de temas e de metodologias se consolida como característica marcante do GP. O autor se arrisca a dizer que há uma significativa presença de autores de outras áreas nos textos analisados, o que é bastante coerente uma vez que a comunicação relaciona-se a diversas esferas da vida em sociedade. Além do conceito de cidadania, o conceito de comunidade, sobre o qual não há grande delimitação teórica, também é recorrente nos artigos de 2004.

As autoras Cláudia Regina Lahni e Daniela Auad analisaram os artigos apresentados no GP Comunicação para a Cidadania no ano de 2005, a fim de verificar a discussão sobre relações de gênero e exercício de direitos. Lahni e Auad perceberam que os coordenadores do GP são pouco utilizados como referência teórica. Segundo elas, uma maior utilização de tais pesquisadores como aporte teórico seria importante para a construção de legitimidade nesse campo de saber.

Como aspecto positivo, as autoras apontaram o uso do conceito de cidadania como exercício de direitos, luta pela manutenção e ampliação, associado à comunicação e à participação como base para grande parte dos artigos.

Quanto ao gênero, foi percebida uma contradição: apesar de a participação feminina no GP ser maior do que a masculina e da abertura do grupo para diversas temáticas ligadas a movimentos sociais populares contemporâneos, isso não se traduziu em reflexões sobre relações de gêneros em 2005, quando se completou o trigésimo aniversário do Ano Internacional da Mulher, proclamado pela ONU.

O texto que analisa os artigos do ano seguinte, de Bruno Fuser, recebeu o título de "Encontro de 2006: riscos de perda do conceito-base do GP", que, por si só, já revela algo importante. Um primeiro dado que merece ser destacado é a baixa incidência, apenas vinte por cento, de "cidadania" entre as palavras-chave dos artigos. Em alguns deles, o termo não aparece nem mesmo do corpo do texto. Nos textos em que o conceito de "cidadania" aparece associado a uma diversidade de dimensões da vida contemporânea, o que, segundo o autor, expressa a pluralidade no entendimento do que seja ou possa ser uma comunicação para a cidadania. A cidadania, como já apontado anteriormente, aparece como um tema que permeia os artigos e não como um conceito que deva ser discutido e desenvolvido. Isso, conforme Fuser, gera uma baixa aderência dos trabalhos à questão da cidadania, que dá nome ao GP e, que, portanto, é o tema principal do mesmo.

Em 2007, Catarina Tereza Farias de Oliveira e Márcia Vidal Nunes analisaram aspectos relacionados essencialmente à categoria de cidadania em sua relação com os processos midiáticos, políticos e socioculturais, bem como aspectos teórico-metodológicos presentes nas escolhas realizadas pelos autores, para recortar e analisar seus objetos de pesquisa. De tal análise, as autoras concluíram que dos métodos e estratégias utilizados pelos artigos do GP, as reflexões teóricas e levantamentos bibliográficos pautaram a produção teórica e metodológica do grupo. Oliveira e Nunes percebem uma novidade: o conceito de cidadania foi refletido criticamente. A pesquisa qualitativa e de inserção em campo foi adotada em menor forma, e, menos ainda, a pesquisa com caráter de intervenção.

Orlando Maurício de Carvalho Berti analisou os artigos apresentados no ano de 2008, com o intuito de elucidar como é que ocorre a discussão sobre Comunicação e Cidadania e quais os principais conceitos usados para tais temas. O autor conclui que "cidadania" é tratada principalmente como a crença de que a comunicação pode e deve agir em prol da melhoria social. Isso é dado principalmente na ajuda, intervenção e praticidade de ações de grupos sociais, raciais, sexuais, comunitários, alternativos, populares, liberais, de movimentos setorializados, que querem a construção de um país e respectivos grupos e comunidades, mais justo, igualitário e democrático. Atitudes comunicacionais cidadãs, de acordo com Berti, principalmente no campo científico em que determinados padrões muitas vezes exigem uma determinada pureza do que é estudado. Mas, em contrapartida a esse tipo de pensamento, o autor aponta que os estudos evocados também mostram o lado social, principalmente em encarar os objetos como sujeitos ativos, vivos, dinâmicos e com muito a ensinar, inclusive aos próprios cientistas.

Quanto aos referenciais teóricos, o autor percebeu que são usados principalmente autores brasileiros, o que, na avaliação de Berti, prova a consolidação dos estudos nacionais. Conforme o autor, a forte presença de estudos de pesquisadores nacionais e suas respectivas teorizações já formam um campo teórico suficiente para legitimar o campo brasileiro em

respeitabilidade e socialização de ideias.

Nos 45 artigos apresentados em 2009, Denise Teresinha da Silva observou que os termos comunicação e cidadania apareceram 10 e 13 vezes respectivamente dentre as palavras-chave. Silva avalia que os conceitos de cidadania trabalhados nos artigos estão ligados à ideia de participação popular de forma crítica e organizada nos processos decisórios de construção da realidade em que os sujeitos estão inseridos com a finalidade de modificá-la para um cenário mais solidário, justo e igualitário com a utilização de uma comunicação alternativa. A sociabilidade é construída no cotidiano das pessoas, na vivência do grupo ou movimento social do qual participam, tendo na comunidade um local de proteção social, de força coletiva e de construção de identidades.

Uma questão pontual que perpassa praticamente todos os textos é o fato da comunicação comunitária efetivar o direito de comunicar, sendo uma forma de resistência às mensagens hegemônicas produzidas pelos meios de comunicação de massa. Isto, segundo a autora, proporciona um certo modo de empoderamento do sujeito cidadão, permitindo que ele possa refletir sobre os problemas do local onde vive e reafirme o seu compromisso na construção de um outro mundo. O meio de comunicação passa a ser um lugar para a manifestação da cidadania de grupos minoritários desprovidos do acesso às mídias tradicionais, bem como das diferentes expressões identitárias; ser uma voz que não está ligada aos grupos dominantes, ao estímulo ao consumismo exacerbado; ser um espaço de discussão plural, com potencial mobilizatório, participação aberta da comunidade; ser um instrumento de luta que propicie um engajamento social com um olhar crítico sobre a própria realidade com vistas ao desenvolvimento local. Em suma que a cidadania possa ser constituída a partir da comunicação.

Alexandre Barbalho e Tarciana Campos analisaram os artigos apresentados no ano de 2010. Para identificar os usos e noções de cidadania, os autores resolveram agrupá-los em sete tipos de ênfases conceituais. São eles: 1. perspectiva minoritária; 2. perspectiva cultural; 3. perspectiva digital; 4. perspectiva comunicativa; 5. perspectiva da democratização; 6. a concepção comunitarista e 7. perspectiva da florestania.

A perspectiva minoritária trata da cidadania sob a ótica da afirmação das vozes das minorias. Os artigos analisados nesse item tratam da relação entre comunicação, cidadania e grupos minoritários, como mulheres, negros, indígenas e jovens.

Na perspectiva cultural, temos uma outra abordagem de cidadania, a cidadania cultural e digital. Dentre os artigos analisados nesse item, destacamos o de Círcia M. Krohling Peruzzo, que aponta o ciberespaço como um novo lugar para a comunicação comunitária e alternativa, além de se referir a questões como inclusão e exclusão digital.

Cidadania comunicativa é definida, no texto de Cristóvão Domingos de Almeida, como “estratégia de ação coletiva, sem constrangimento, no espaço público”.

Num outro grupo, estão os artigos que desenvolvem uma ênfase conceitual de cidadania sob a perspectiva da democratização, ressaltando a atuação dos movimentos sociais organizados ou não.

Barbalho e Campos perceberam também uma recorrente aproximação entre o conceito de cidadania e o de comunidade. Para finalizar os tipos de cidadania, os autores citam a contribuição de Francisco de Moura Pinheiro ao trazer para o debate do GP um novo conceito que está sendo gestado na região Norte do país, mais especificamente no Acre: o de “florestania”. Pinheiro aponta em seu artigo o esforço e os contratempos em torno da junção entre “florestas” e “cidadania” da qual resulta o neologismo “florestania” como suporte de um modelo de exploração sustentável dos recursos florestais “baseado no equilíbrio das relações entre homens e ambiente” (p.05).

A partir dos artigos de 2011, Maria Luiza Martins de Mendonça e Joseane Alves Ribeiro analisaram o percurso histórico e perceberam ampliações do conceito de cidadania. Segundo elas, se em momentos históricos anteriores se poderia concebê-lo, sobretudo, como a vigência plena das três dimensões de direitos – civis (relacionados às liberdades individuais), políticos (participação na vida política por meio de sua presença direta ou indireta no poder público) e sociais (participação no patrimônio coletivo de uma sociedade) –, esses direitos se estenderam a outras esferas da atividade humana, entre elas a da comunicação.

Encerrando o livro, Cláudia Regina Lahni e Juciano de Sousa Lacerda afirmam que a ideia de tal pesquisa “foi voltar os olhos para nós mesmos” (p. 281). Acreditamos que nessa frase resida a grande importância do livro, já que refletir sobre a pesquisa talvez seja o caminho mais curto para fortalecer o campo da pesquisa em comunicação, em especial, quando pensamos na relação entre comunicação e cidadania, para a qual há tantos entendimentos e possibilidades.